



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 03/2024

PROVA OBJETIVA – (TARDE)

TÉCNICO LEGISLATIVO LEGISLATIVO

NÍVEL MÉDIO – TIPO 4 – AZUL



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **60 (sessenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **3 (três) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **2 (duas) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Observe a seguinte historieta, narrada por Sigmund Freud:

“Um príncipe, caminhando por seus domínios, vê no meio da multidão um homem muito parecido consigo. Ordena que o homem se aproxime e pergunta: - Sua mãe esteve empregada em meu palácio? - Não, senhor - responde o homem. - Mas meu pai, sim”.

Sobre os componentes desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O texto é composto por segmentos narrativos e descritivos.
- (B) A forma de presente “responde” mostra um erro de redação.
- (C) Os conectivos temporais mostram a passagem do tempo na narrativa.
- (D) Os diálogos mostram passagem de tempo em um texto narrativo.
- (E) O diálogo mostra as diferenças sociais entre os personagens

2

Observe o seguinte pensamento:

“As lágrimas dos velhos são tão terríveis como as das crianças são naturais”.

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pensamento mostra estrutura descritiva.
- (B) O termo “as” repete o termo “lágrimas”.
- (C) “Terríveis” qualifica “velhos”.
- (D) “Naturais” qualifica “crianças”.
- (E) “Terríveis” e “naturais” indicam semelhança.

3

Observe a seguinte frase:

“Os adolescentes de hoje estão mais unidos pelos bens que consomem do que por uma cultura comum”.

Sobre os componentes desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) A locução “de hoje” pode ser substituída por “atualizados”.
- (B) O termo “pelos bens” tem o valor de causa.
- (C) A frase mostra uma estrutura comparativa.
- (D) O adjetivo “comum” equivale a “simples”.
- (E) O pronome relativo “que” se refere a “adolescentes”.

4

Observe a seguinte frase, citação de um antigo jornalista: “Como são mal-educadas as crianças, hoje, na maioria”.

Sobre a estruturação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O vocábulo “mal-educadas” está escrito erradamente, devendo ser grafado em duas palavras “mal educadas”.
- (B) O vocábulo “Como” imprime intensidade ao adjetivo da frase.
- (C) O termo “as crianças” funciona como complemento do verbo “ser”.
- (D) O termo “na maioria” mostra que todas as crianças modernas mostram problemas de educação.
- (E) O termo “mal-educadas” mostra ambiguidade.

5

Assinale a frase em que a preposição DE é uma exigência da regência de um termo anterior.

- (A) O sorriso da filha adoça a fúria DE um pai.
- (B) DE todos os animais, os meninos são os mais difíceis de domar.
- (C) Espera DE teu filho o que fizeste com teu pai.
- (D) Ter crianças é como ter um jogo DE boliche instalado no seu cérebro.
- (E) Nunca se ouviu dizer que filho valente tivesse nascido DE pai temeroso.

6

A frase “Nunca levante a mão para uma criança. Você deixa seu abdômen desprotegido” é um exemplo de texto

- (A) narrativo.
- (B) descritivo.
- (C) dissertativo-expositivo.
- (D) dissertativo-argumentativo.
- (E) injuntivo.

7

Entre os textos publicitários listados a seguir, aquele que se apoia na sedução, é:

- (A) Compre camisas “Pônei” e pareça um artista de cinema.
- (B) Carros Nissan: a tecnologia a seu favor!
- (C) Canetas Bic, eficiência e economia!
- (D) Faça como seu vizinho: proteja a sua saúde com planos “Tix”.
- (E) Almoce aqui e concorra a prêmios!

8

Um dos Evangelhos mostra o seguinte segmento:

“É mais fácil um camelo entrar pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus”.

Sobre esse segmento, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os termos “camelo” e “rico” se mostram como opostos.
- (B) A preposição DE em “buraco de uma agulha” indica posse.
- (C) A frase critica pobres e ricos.
- (D) A frase não mostra implicações religiosas.
- (E) A entrada de um rico no Reino de Deus é vista como impossível.

9

Assinale a frase em que a conclusão vem antes da premissa.

- (A) A garrafa está vazia. Meu tio deve ter bebido tudo.
- (B) Dois ratos estão mortos no terreno. Os gatos estão por perto.
- (C) Choveu ontem à noite. O terreno está cheio de poças.
- (D) Os vizinhos não estão em casa. Todos saíram em viagem.
- (E) Os resultados das provas foram baixos. As questões estavam difíceis.

Raciocínio Lógico Matemático

10

Num videogame infantil, cada vez que Lara aperta o botão , aparecem duas maçãs na tela. Quando Lara aperta o botão , some uma maçã da tela, se houver alguma. Quando Lara aperta o botão , todas as maçãs somem da tela. Lara apertou várias vezes os botões obtendo a sequência a seguir:

Assinale a opção que indica o número de maçãs mostrada na tela após executada essa sequência.

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 10.
- (D) 12.
- (E) 15.

11

João tem uma piscina na forma de um paralelepípedo reto retângulo, com 250cm de comprimento, 220cm de largura e 180cm de altura. Sabemos que 1kg de água ocupa 1m³ de volume.

Assinale a opção que indica a massa da água na piscina em gramas, se ela estiver totalmente cheia, apenas com esse líquido.

- (A) 650,0.
- (B) 6500,0.
- (C) 9,9.
- (D) 990,0.
- (E) 9900,0.

12

Um retângulo como 24cm de perímetro tem um dos lados com o triplo do comprimento do outro.

A medida da área desse retângulo, é:

- (A) 6cm².
- (B) 8cm².
- (C) 27cm².
- (D) 48cm².
- (E) 72cm².

13

Três dos vértices de um retângulo estão nos pontos (4,3), (4,5) e (6,3) do plano cartesiano.

Assinale a opção que indica as coordenadas do quarto vértice do retângulo.

- (A) (3,5)
- (B) (3,4)
- (C) (4,6)
- (D) (6,5)
- (E) (4,4)

14

Uma escola de ensino médio oferece a seus estudantes cursos extras de violão e de piano. Os estudantes podem frequentar apenas um ou os dois cursos oferecidos. Uma turma dessa escola tem 40 alunos no total. Desses, 35 frequentam o curso de violão, 13 frequentam o curso de piano e 10 não frequentam nenhum dos dois cursos.

Assinale a opção que indica o número de alunos da turma que frequentam simultaneamente os dois cursos extras oferecidos pela escola.

- (A) 8.
- (B) 12.
- (C) 18.
- (D) 30.
- (E) 38.

15

André está reformando sua casa. Como parte da reforma, 3 pintores levaram 1 hora e 30 minutos para pintar uma parede 18m². Ainda falta pintar outra parede de 24m². Como a obra está atrasada, André quer que a outra parede seja pintada em 1 hora.

Considerando que essa pintura ocorra na mesma proporção da outra parede, com relação ao número de pintores necessários para pintar determinada área de parede em determinado tempo, o número de pintores necessários para atingir a meta desejada, é:

- (A) 1 pintor.
- (B) 3 pintores.
- (C) 4 pintores.
- (D) 6 pintores.
- (E) 9 pintores.

16

O número real $\sqrt{2} + \sqrt{8}$ é igual a

- (A) 4.
- (B) 8.
- (C) $3\sqrt{2}$.
- (D) $4\sqrt{8}$.
- (E) $\sqrt{10}$.

17

Uma turma do terceiro ano do ensino médio possui 40 estudantes, dos quais 16 são meninas e 24 são meninos. Uma professora da turma realizou uma enquete para saber se seus estudantes preferiam disciplinas de ciências exatas ou de ciências humanas. Todos os estudantes da turma responderam à enquete indicando uma única dentre essas duas opções.

Do total de meninas da turma, $\frac{3}{8}$ disseram preferir ciências humanas e as demais afirmaram preferir ciências exatas. Já do total de meninos, $\frac{1}{4}$ responderam que preferem ciências exatas e os demais declararam preferência por ciências humanas.

Segundo essa enquete, assinale a fração do total de estudantes da turma preferem ciências exatas.

- (A) $\frac{1}{2}$.
- (B) $\frac{2}{5}$.
- (C) $\frac{3}{5}$.
- (D) $\frac{5}{8}$.
- (E) $\frac{7}{8}$.

18

Marcelo contratou um empréstimo de R\$ 2000,00 no banco, com juros mensais compostos. Depois de transcorrido um mês sem quitar ou amortizar a dívida, Marcelo consultou o banco e verificou que o valor da dívida havia passado para R\$ 2040,00.

Assinale a opção que indica os juros mensais do empresto contratado por Marcelo.

- (A) 1%.
- (B) 2%.
- (C) 10%.
- (D) 20%.
- (E) 40%.

Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

19

João e Maria, Deputados Estaduais junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, únicos parlamentares filiados ao Partido Político Alfa, logo após serem-empossados, consultaram o Regimento Interno dessa Casa Legislativa em relação à possibilidade de serem agrupados de acordo com a sua representação partidária, com as correlatas consequências regimentais.

Ao fim de suas reflexões, concluíram corretamente que

- (A) poderiam ser agrupados, contando com líder e vice-líder.
- (B) o agrupamento dependeria de deliberação do diretório regional de Alfa.
- (C) não é possível o agrupamento pretendido, de modo que Alfa não terá liderança na Casa Legislativa.
- (D) poderiam ser agrupados, o que perduraria por toda a sessão legislativa, mas somente contariam com líder, não com vice-líder.
- (E) o agrupamento pretendido decorre de exigência regimental, de modo que seja possível expor a posição da bancada quando da votação de proposições.

20

Um grupo de Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná almejava apresentar, com estrita observância das normas regimentais, três proposições legislativas, mais especificamente:

- I. um projeto de revisão do Regimento Interno;
- II. projeto de lei complementar;
- III. um projeto de decreto legislativo.

Ao analisarem o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de verificar se essas proposições legislativas exigiam a criação de Comissão Especial para exame e emissão de parecer, concluíram corretamente que

- (A) as três proposições exigem a criação de Comissão Especial.
- (B) apenas a proposição I exige a criação de Comissão Especial.
- (C) apenas a proposição II exige a criação de Comissão Especial.
- (D) apenas as proposições I e III exigem a criação de Comissão Especial.
- (E) apenas as proposições II e III exigem a criação de Comissão Especial.

21

Joana, servidora da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, foi incumbida, por seu superior hierárquico, de encaminhar determinado expediente à estrutura orgânica responsável por julgar todos os tipos de licitação.

À luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, a referida estrutura orgânica é a

- (A) Mesa Diretora.
- (B) Comissão Executiva.
- (C) Secretaria-Geral.
- (D) Comissão de Constituição e Justiça.
- (E) Presidência da Assembleia Legislativa.

22

As representações dos Partidos Políticos Alfa, Beta e Gama decidiram constituir um bloco parlamentar no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o que ocorreu em harmonia com as normas regimentais e foi objeto de registro e comunicação interna.

À luz do Regimento Interno dessa Casa Legislativa, é correto afirmar que, nesse caso

- (A) Alfa, Beta e Gama têm ao menos quatro Deputados Estaduais.
- (B) as lideranças de Alfa, Beta e Gama mantêm suas prerrogativas regimentais.
- (C) a existência do bloco parlamentar é circunscrita à sessão legislativa em que foi formado.
- (D) caso Alfa, Beta ou Gama se desliguem do bloco parlamentar somente poderão constituir ou integrar outro na legislatura seguinte.
- (E) o bloco parlamentar terá algumas prerrogativas regimentais, mas não terá o mesmo tratamento regimental dispensado a Alfa, Beta e Gama.

Constituição do Estado do Paraná

23

Foram realizados estudos, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de instituir uma região metropolitana em determinada região do Estado, abrangendo os Municípios Alfa, Beta, Gama e Sigma, todos limítrofes entre si. Ao fim desses estudos, concluiu-se que:

- I. a instituição da região metropolitana exigiria a edição de diploma normativo a ser aprovado pela maioria absoluta dos Deputados Estaduais.
- II. pode ser atribuída à região metropolitana, a ser obrigatoriamente integrada pelos referidos Municípios, a execução do serviço público de fornecimento de água
- III. a sociedade civil organizada, embora não pudesse participar da gestão regional, teria assegurado de maneira plena o seu direito de petição.

À luz dos balizamentos estabelecidos pela Constituição do Estado do Paraná, é correto afirmar, em relação às conclusões I, II e III, que

- (A) todas estão certas.
- (B) somente a conclusão I está certa.
- (C) somente a conclusão III está certa.
- (D) somente as conclusões I e II estão certas.
- (E) somente as conclusões I e III estão certas.

24

Uma organização da sociedade civil, com grande penetração junto à população do Estado do Paraná, almejava mobilizar a coletividade com o objetivo de que fosse apresentado um projeto de lei direcionado a aperfeiçoar os mecanismos de transparência existentes no âmbito da administração pública estadual direta e indireta.

Ao consultar um especialista, foi-lhe corretamente informado que, à luz da Constituição do Paraná,

- (A) a iniciativa popular exige que o projeto seja subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta Municípios, com um por cento dos eleitores de cada um deles.
- (B) é possível a iniciativa popular, devendo o projeto ser subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos trinta Municípios, com dez por cento dos eleitores em cada um deles
- (C) não é reconhecida a iniciativa popular em projetos de lei, mas isto não obsta a apresentação de uma proposição via comissão de legislação participativa, que pode vir a ser subscrita por algum Deputado Estadual.
- (D) é possível a iniciativa popular, devendo o projeto ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta Municípios, com um por cento dos eleitores em cada um deles.
- (E) a admissão da iniciativa popular pressupõe que a proposição legislativa seja subscrita por, no mínimo, três por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta Municípios, com dois por cento dos eleitores em cada um deles.

25

Em razão da reconhecida defasagem dos subsídios (I) dos Deputados Estaduais e (II) do Governador e Vice-Governador do Estado, um grupo de parlamentares da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná iniciou discussões com o objetivo de reajustá-los.

Ao analisar a Constituição do Estado do Paraná, o grupo concluiu corretamente, em relação aos subsídios dos agentes referidos em I e II, que

- (A) devem ser fixados em lei.
- (B) o reajuste somente se tornará eficaz na legislatura seguinte.
- (C) enquanto o subsídio dos agentes referidos em I deve ser fixado em decreto legislativo, aquele referido em II o será em lei.
- (D) somente estão limitados pela disponibilidade financeira do Estado do Paraná, o que decorre de sua total autonomia política.
- (E) o valor do subsídio dos agentes referidos em I deve ser fixado com observância de limitação percentual em relação ao subsídio de outros agentes públicos.

26

Em determinada legislatura, após dois anos de vigência do plano plurianual, foi identificada a necessidade de serem promovidos ajustes no plano plurianual, o que decorria da avaliação de determinada política pública de viés prestacional, daí decorrendo alterações na projeção dos gastos a serem realizados.

Ao analisar os balizamentos adotados pela Constituição do Estado do Paraná em relação a essa temática, o Governador do Estado concluiu corretamente que

- (A) os ajustes devem ser inseridos no projeto de lei orçamentária anual.
- (B) os ajustes devem ser inseridos no projeto de lei de diretrizes orçamentárias.
- (C) o ajuste deve ser promovido por meio de projeto direcionado especificamente a esse fim, o que decorre do princípio da segmentação das leis orçamentárias.
- (D) como a vigência do plano plurianual é quadrienal, o que decorre da exigência de previsibilidade orçamentária, os ajustes devem ser promovidos no projeto do próximo plano plurianual.
- (E) em razão do caráter essencialmente administrativo do plano plurianual, que tem a natureza de norma-quadro, os ajustes podem ser promovidos por meio de decreto do Governador do Estado.

História e Geografia do Paraná

27

O Paraná, enquanto unidade da administração portuguesa, não existiu durante o período colonial. Deveras, apenas uma estreita faixa de litoral “paranaense” pertencia às terras lusas pelo Tratado de Tordesilhas.

Em relação as características geográficas atuais do Estado apresentado no texto, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Para os indígenas, paraná significa “rio caudaloso” (do tupi-guarani para + ná, “semelhante ao mar”), e a unidade da federação brasileira herdeira desse nome está situada na região sul do país, ocupando uma área, cujos limites são a leste, o oceano Atlântico; ao norte, São Paulo; ao sul, Santa Catarina; ao noroeste, o Mato Grosso do Sul; a sudoeste, a Argentina, a oeste, o Paraguai.
- () Na composição morfológica do Estado, preponderam as superfícies planas arranjadas em altitude, traçando planaltos íngremes pertencentes às serras do Mar e Geral, destacando-se cinco unidades de relevo de leste a oeste: baixada litorânea, serra do Mar, planalto cristalino (o primeiro planalto do Paraná ou planalto de Curitiba), planalto paleozoico (o segundo planalto ou planalto dos Campos Gerais ou de Ponta Grossa) e planalto basáltico (terceiro planalto ou planalto de Guarapuava).
- () É no Paraná que se dá a transição do clima tropical para o subtropical, que se sobressai em toda região Centro Sul. A vegetação predominante varia entre florestas e as savanas. Além da transição climática, é no Paraná que se dá também a passagem do espaço cultural gaúcho para a área de influência paulista.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – V – V.
- (B) F – F – V.
- (C) V – F – V.
- (D) V – V – V.
- (E) V – V – F.

28

No caso da economia paranaense, é interessante situar sua inserção em função de mercados internos e externos. Paralelo à atividade mineradora desenvolvida no centro do país foi que a economia do Paraná despertou. Os proprietários de terra da região, herdeiros dos primeiros bandeirantes e sesmeiros, acabaram por envolver-se no comércio das tropas e forjaram as primeiras frações de classes dominantes locais, já que em seu poder concentravam-se as primeiras acumulações primitivas de capital. Esse fato acarretou uma série de mudanças nos hábitos de consumo local, aumentando a importação de artigos mais refinados, pagos com o excedente de capital da atividade criatória.

Sêga, R.A. Tempos Belicosos: a Revolução Federalista no Paraná. Curitiba: Instituto Memória, 2008.

Sobre a formação socioeconômica da sociedade e do território em questão, correlacione as colunas:

1. Xetá () Via terrestre
2. Muar () Condutor de manadas
3. Viamão () Animal de carga
4. Tropeiro () Povos originais

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresenta.

- (A) 1 – 4 – 2 – 3.
- (B) 3 – 4 – 2 – 1.
- (C) 4 – 2 – 3 – 1.
- (D) 3 – 2 – 1 – 4.
- (E) 4 – 3 – 1 – 2.

29

Muitas regiões do Paraná a partir do século XIX, por diversas contingências passaram a atrair imigrantes europeus, e eram constantemente assolados por indígenas. Essas invasões estavam no centro das discussões para a ocupação dos chamados vazios demográficos. Com o fim desses “vazios” o objetivo era a ocupação do solo para a defesa da soberania nacional e a valorização econômica desses espaços.

O mais antigo povoamento de imigrantes, como o abordado no texto para o local em questão, foi a colônia

- (A) alemã, de Rio Negro.
- (B) italiana, de Colombo.
- (C) alemã, de Witmarsum.
- (D) polonesa, de Prudentópolis.
- (E) Italiana, de Santa Maria do Novo Tirol.

30

A proporção existente entre o número de habitantes de um local e sua extensão territorial, é um importante elemento das relações uma sociedade e espaço que ela habita. Analise os dados das cidades paranaenses listadas:

Município	População absoluta (Censo 2022)	Área
Guarapuava	182.093	3.168,87 km ²
Maringá	409.657	487,12km ²
Londrina	555.965	1.652,56km ²
Pinhais	127.019	60,86 km ²
Nova Alinaça do Avaí	1.323	131,27km ²

Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama> Acesso: 21 jan. 2024

Com base nos dados IBGE apresentados na tabela, assinale o município mais povoado.

- (A) Pinhais.
- (B) Maringá.
- (C) Londrina.
- (D) Guarapuava.
- (E) Nova Aliança do Avaí.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

As frases abaixo mostram vocábulos idênticos repetidos. Assinale a frase em que esses vocábulos mostram significados idênticos.

- (A) Dizem que sonho dá dor de barriga, mas eu nunca tive. O que dá dor de barriga é a comida do Itamaraty.
- (B) A adversidade leva alguns homens a quebrar; a outros, leva a quebrar recordes.
- (C) Máquina caprichosa é o cérebro humano. Ele começa a trabalhar quando a gente dorme e para de funcionar quando a gente vai trabalhar.
- (D) O cérebro é o órgão com que pensamos que pensamos.
- (E) Antes de casar eu tinha três teorias sobre educar crianças. Agora eu tenho três crianças e nenhuma teoria.

32

Se um requerimento utiliza o tratamento Vossa Excelência, assinale a única pessoa a que ele não deve ser aplicado.

- (A) Presidente da República.
- (B) Ministro de Estado.
- (C) Secretário de Estado.
- (D) Senador.
- (E) Diretor de grandes empresas.

33

Um parecer tem por primeira finalidade

- (A) mostrar o resultado de uma pesquisa sobre um tema.
- (B) indicar falhas de trabalhos anteriores.
- (C) dar uma opinião oficial sobre algo.
- (D) oferecer contribuições para um projeto de lei.
- (E) apontar novas sugestões numa discussão.

34

A redação oficial exige a utilização da linguagem culta.

Assinale a opção que apresenta uma frase **inadequada**, por conter marcas de linguagem popular.

- (A) Não estou fazendo nenhuma dieta. Eu amo comer. Eu amo comida.
- (B) Cozinhar é como amar. Entregue-se ou caia fora.
- (C) Eu cozinho com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele.
- (D) Aprendi que espalhar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais.
- (E) Restaurante sofisticado: aquele que serve sopa fria de propósito.

35

Na frase “O projeto ficou pronto para mim assinar (sic), disse deputado”.

Nessa frase, o emprego do latinismo (sic) indica

- (A) que a frase do deputado foi transcrita literalmente.
- (B) que há um erro gramatical na frase.
- (C) que a frase original foi modificada.
- (D) que a frase do deputado contém uma ironia.
- (E) que a frase do deputado critica a linguagem dos adversários.

36

As modalidades de licitação referem-se aos diferentes procedimentos estabelecidos pela legislação para a realização de processos competitivos de contratação pública, visando garantir a transparência, a competitividade e a eficiência na escolha do fornecedor ou prestador de serviço pelo poder público.

Com relação às modalidades de licitação, analise os itens a seguir.

- I. A concorrência é a modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.
- II. O leilão é a modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
- III. O diálogo competitivo é a modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37

Serviço público é toda atividade que a Administração Pública executa, direta ou indiretamente, para satisfazer à necessidade coletiva, sob regime jurídico predominantemente público.

Com relação ao serviço público, analise os itens a seguir.

- I. A concepção de serviço público não se manteve estática ao longo do tempo; houve uma expansão em sua abrangência para incluir atividades de caráter comercial, industrial e social.
- II. É o Estado, por meio dos costumes, que determina quais atividades são consideradas serviços públicos em determinado momento.
- III. O serviço público varia somente no espaço, pois depende da legislação de cada país a maior ou menor abrangência das atividades definidas como serviços públicos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

38

A Carta Magna do Brasil de 1988 delinea os fundamentos da Administração Pública. Esses fundamentos, delineados no Art. 37 da Constituição de 1988, formam os alicerces para uma administração pública transparente, responsável e dedicada ao bem-estar da sociedade.

Relacione os princípios às respectivas definições.

- | | |
|-------------------|--|
| | () a Administração Pública deve agir consoante com a ideia comum de honestidade. |
| 1. Legalidade | () a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas. |
| 2. Impessoalidade | () a Administração Pública deve alcançar os objetivos com o mínimo de recursos disponíveis e tempo. |
| 3. Eficiência | () a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite. |
| 4. Moralidade | |

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 1 – 3 – 2.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

39

Os três poderes da União, Legislativo, Executivo e Judiciário, são pilares fundamentais do sistema democrático brasileiro, caracterizados pela independência e harmonia entre si.

Com relação aos Poderes, analise os itens a seguir.

- I. Há uma predominância do Poder Executivo no desempenho das funções políticas, porém não existe exclusividade no exercício dessa atribuição.
- II. Nos Poderes Judiciário e Legislativo não existe hierarquia no sentido de relação de coordenação e subordinação, no que diz respeito às suas funções institucionais.
- III. No Poder Legislativo, as competências são distribuídas de maneira a garantir uma total independência funcional entre a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

40

Compõem a administração indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as subsidiárias dessas empresas e os consórcios públicos.

Relacione as entidades da administração indireta abaixo com suas respectivas características.

1. Autarquia
 2. Fundação
 3. Empresa pública
 4. Consórcio Público
- () pessoa jurídica de direito público ou privado criada por dois ou mais entes federativos para a gestão associada de serviços públicos.
- () pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.
- () entidade que o Estado tem o controle acionário, diretamente ou por meio de outra entidade da administração indireta.
- () entidade que detém patrimônio destinado à realização de certos fins que ultrapassam o âmbito da própria entidade, indo beneficiar terceiros estranhos a ela.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 1 – 3 – 2.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

41

A existência de órgãos públicos, com estrutura e atribuições definidas em lei, corresponde a uma necessidade de distribuir racionalmente as inúmeras e complexas atribuições que incumbem ao Estado nos dias de hoje.

Assinale a opção que compreende a classificação de órgãos públicos quanto à esfera de ação.

- (A) Independentes e autônomos.
- (B) Simples e compostos.
- (C) Singulares e coletivos.
- (D) Superiores e subalternos.
- (E) Centrais e locais.

42

A Lei nº 14.133/2021, também conhecida como a Nova Lei de Licitações e Contratos, representa uma importante atualização legislativa para a regulação dos processos licitatórios e contratações públicas no Brasil.

As opções a seguir estão subordinadas ao regime da Lei nº 14.133/2021, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Concessão de direito real de uso de bens.
- (B) Concessão de garantia de contrato de operação de crédito.
- (C) Concessão e permissão de uso de bens públicos.
- (D) Obras e serviços de arquitetura e engenharia.
- (E) Contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

43

Com base na teoria do órgão, pode-se definir o órgão público como uma unidade que congrega atribuições exercidas pelos agentes públicos que o integram com o objetivo de expressar a vontade do Estado.

Relacione os critérios para classificar os órgãos públicos conforme sua posição estatal com seus respectivos exemplos.

- | | |
|------------------|---------------------------|
| 1. Independentes | () Casas Legislativas. |
| 2. Autônomos | () Gabinetes. |
| 3. Superiores | () Ministério Público. |
| 4. Subalternos | () Seções de expediente. |

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 1 – 3 – 2.
- (D) 4 – 2 – 3 – 1.
- (E) 4 – 3 – 2 – 1.

44

A organização administrativa brasileira compreende a administração direta e indireta, estabelecendo as formas pelas quais o Estado organiza suas atividades. A Administração Pública pode ser organizada de forma centralizada ou descentralizada, compreendendo tanto a administração direta, que inclui os órgãos governamentais, quanto a indireta, que engloba entidades e empresas criadas pelo Estado para desempenhar funções específicas.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que compreende as características de uma descentralização por serviços.

- (A) O ente local, geograficamente delimitado, é dotado de personalidade jurídica própria, de direito público, com capacidade administrativa genérica.
- (B) O ente detém a titularidade e a execução do serviço, desempenhando o serviço com independência em relação à pessoa que lhe deu vida.
- (C) Tipo de descentralização que ocorre nos Estados unitários, como França, Portugal e Bélgica.
- (D) Transferência da execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado por meio de ato administrativo unilateral.
- (E) O Poder Público delega a execução do serviço a pessoas jurídicas já constituídas com capital exclusivamente privado.

45

A administração indireta compreende entidades e empresas criadas pelo Estado para exercer atividades específicas em seu nome, visando alcançar objetivos de interesse público.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que compreende as características de sociedade de economia mista.

- (A) realiza atividades econômicas, algumas privadas e outras sob responsabilidade do Estado como serviços públicos.
- (B) fornece serviços públicos comerciais e industriais do Estado.
- (C) provê serviços entre dois ou mais entes federativos para atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.
- (D) executa atividades típicas do Estado.
- (E) presta serviços e desenvolve ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos.

46

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, logrou êxito em ser eleita Prefeita do Município Beta. Preocupada com a possibilidade de acumulação dos cargos, Joana consultou um especialista na área, sendo-lhe corretamente esclarecido que ela

- (A) deverá ser exonerada do cargo de provimento efetivo para tomar posse no cargo eletivo.
- (B) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular os cargos, recebendo ambas as contraprestações estipendiais.
- (C) deverá ser afastada do cargo de provimento efetivo ao ser investida no cargo de Prefeito, somente podendo receber o subsídio deste último.
- (D) ao ser investida no cargo de Prefeito, deve se afastar do cargo de provimento efetivo, mas pode optar pela contraprestação estipendial deste último.
- (E) a possibilidade, ou não, de acumular os cargos dependerá do disposto na Lei Orgânica do Município Beta e no regime jurídico dos servidores do Estado Alfa.

47

Maria idealizou uma atividade econômica na área de construção civil, em que, a partir de um aplicativo, o interessado na contratação delineava, com a supervisão de um profissional da área, o serviço a ser realizado em sua residência, tendo ainda a liberdade de escolher o profissional, considerando as variações de remuneração existentes, variações estas que acompanhavam sua experiência e a rapidez na execução das tarefas. Ao analisar a legislação de regência, Maria constatou que a atividade que idealizara não era disciplinada.

Na situação descrita na narrativa, é correto afirmar, à luz da Constituição da República, que

- (A) Maria não pode explorar a atividade econômica.
- (B) a ausência de disciplina legal não obsta a exploração da atividade econômica.
- (C) embora não possa explorar a atividade econômica, pode requerer ao Poder Judiciário provimento cautelar a autorizando.
- (D) é possível a obtenção de autorização precária, junto à Administração Pública, até a superveniência da lei regulamentadora.
- (E) como a lei não pode exigir autorização dos órgãos públicos para o exercício de atividade econômica, Maria tem o direito subjetivo de explorá-la.

48

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi corretamente informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das majorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

49

O Estado Alfa realizava a fiscalização de determinada atividade econômica potencialmente poluidora. Por tal razão, Maria, Deputada Estadual, decidiu iniciar estudos com o objetivo de apresentar uma proposição legislativa destinada a instituir um tributo, que seria devido por aqueles que explorassem a atividade econômica fiscalizada pelo Estado.

O tributo que Maria pretende instituir a partir da proposição legislativa é

- (A) a contribuição de melhoria.
- (B) o imposto extraordinário.
- (C) a contribuição social.
- (D) o imposto comum.
- (E) a taxa.

50

João, hábil artesão, recebeu comunicado de que sua filiação à Associação dos Artesãos do Município Alfa, fora realizada de modo tácito, considerando os benefícios obtidos pela associação para a generalidade dos artesãos do Município Alfa, entre os quais figurava João.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) apesar de ser possível a filiação, sem a aquiescência de João, ela deveria ter sido antecedida de prazo para que ele afirmasse se desejava, ou não, se filiar.
- (B) João não pode se beneficiar dos benefícios obtidos pela associação sem concorrer para o seu custeio, logo, sua filiação foi feita corretamente.
- (C) apesar de a filiação pressupor a manifestação de vontade, esta pode ser expressa ou tácita, logo, não há irregularidade no proceder da associação.
- (D) apesar de a filiação ter sido realizada de modo correto, João pode requerer a sua desfiliação ao juiz competente.
- (E) a filiação de João, sem sua manifestação de vontade, foi realizada de modo ilícito.

51

Maria, por ter preenchido os requisitos exigidos pela ordem jurídica, se naturalizou brasileira. Ato contínuo, consultou um especialista na área para saber se poderia concorrer a um mandato eletivo nas eleições que seriam realizadas no mesmo ano.

Foi corretamente informado a Maria que, na perspectiva de sua nacionalidade

- (A) ela pode concorrer a qualquer cargo eletivo.
- (B) ela pode concorrer a qualquer cargo eletivo, ressalvado o de Presidente da República.
- (C) somente os brasileiros natos podem concorrer a mandatos eletivos, não os naturalizados.
- (D) ela pode concorrer a qualquer cargo eletivo, ressalvados os de Presidente e Vice-Presidente da República.
- (E) ela pode concorrer a qualquer cargo eletivo, ressalvados os de Presidente e Vice-Presidente da República, e de Senador.

52

O Estado Alfa, em razão da drástica redução da arrecadação tributária, foi obrigado a contingenciar as despesas a serem realizadas. Em razão desse quadro, as receitas disponíveis não eram suficientes para o pagamento das despesas de pessoal ativo e inativo. Por tal motivo, o Governador do Estado consultou sua assessoria sobre a possibilidade de receber transferências voluntárias da União para o pagamento das referidas despesas.

Foi corretamente informado ao Governador do Estado que, nos termos da Constituição da República

- (A) somente é permitida a realização de transferências voluntárias para o pagamento de despesas de pessoal ativo, não inativo.
- (B) considerando o caráter alimentar da remuneração, é obrigatória a realização da transferência voluntária nessa situação.
- (C) a transferência voluntária pode ser realizada, mas deve ser previamente autorizada pelo Congresso Nacional.
- (D) é vedada a realização de transferência voluntária para a finalidade almejada pelo Governador do Estado.
- (E) a União poderia realizar um empréstimo para os fins almejados, mas não transferências voluntárias.

53

Pedro, Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado Alfa, em um congresso de parlamentares estaduais realizado em Brasília, fez duras críticas ao Governador do Estado Alfa, o que levou este último agente a consultar sua assessoria em relação à possibilidade de responsabilizar o referido Deputado Estadual.

A assessoria respondeu corretamente que

- (A) Pedro pode ser responsabilizado, desde que haja autorização prévia do Plenário da Assembleia Legislativa.
- (B) os Deputados Estaduais, como qualquer cidadão, devem ser responsabilizados por suas palavras e opiniões.
- (C) a responsabilização de Pedro, por suas palavras e opiniões no exercício da função, não é possível na situação descrita.
- (D) o Governador do Estado pode responsabilizar Pedro, mas a Assembleia Legislativa pode suspender a tramitação do processo.
- (E) apesar de os Deputados Estaduais terem imunidade material, Pedro pode ser responsabilizado, já que suas críticas foram proferidas fora do território do Estado Alfa.

54

O Presidente de determinada autarquia, logo após assumir o cargo, foi informado por um assessor sobre a necessidade de estruturar o controle interno do referido ente da Administração Pública indireta.

Ao questionar o assessor em relação às atribuições da referida estrutura orgânica, foi corretamente informado ao presidente que ela

- (A) ao tomar conhecimento de alguma irregularidade, deve guardar sigilo, de modo que busque exclusivamente apurar as responsabilidades no plano interno.
- (B) não tem qualquer ingerência, na perspectiva do controle, em relação às operações de crédito, *munus* que recai apenas sobre instituições financeiras.
- (C) deve manter-se adstrita à análise da legalidade da gestão orçamentária, informando aos órgãos competentes a ocorrência de qualquer ilicitude.
- (D) age de modo autônomo e separado do controle externo, de modo que os juízos de valor realizados por um não influam sobre o outro.
- (E) avalia a execução dos programas de governo e do orçamento.

55

Maria e Joana são servidoras do Estado Alfa, sendo a primeira ocupante de cargo de provimento efetivo e a segunda de cargo em comissão. Ambas tinham interesse em ser nomeadas para o exercício de uma função de confiança, recém-criada pela Lei estadual nº X.

À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que

- (A) ambas podem ser nomeadas.
- (B) apenas Joana pode ser nomeada.
- (C) apenas Maria pode ser nomeada.
- (D) nenhuma das duas pode ser nomeada.
- (E) a nomeação, ou não, de ambas, dependerá da disciplina estabelecida no regime jurídico da categoria.

56

João, Deputado Estadual, ao elaborar uma proposição legislativa que pretendia apresentar no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, percebeu a existência de uma estrita correlação entre os conteúdos de alguns artigos, de modo que a regra contida em um preceito deveria ser aplicada a outros.

Ao verificar a melhor forma de estruturar a proposição legislativa, considerando a constatação que realizara, João concluiu corretamente, à luz da Lei Complementar Estadual nº 176/2014, que

- (A) para a obtenção de objetividade na leitura, deve ser evitada a técnica da remissão, reproduzindo-se, literalmente, em quantos artigos forem necessários, a regra que se repete.
- (B) visando à obtenção de precisão, na remissão a outra parte da proposição legislativa, deve ser apenas transcrito o número da unidade textual em que se encontra a respectiva regra a ser aplicada.
- (C) a regra a ser aplicada deve ser integrada a cada artigo a que se refere, mas, para a precisão da linguagem, deve se ajustar à estrutura e à redação de cada preceito, evitando-se a repetição literal.
- (D) na construção do referencial de clareza normativa, deve ser evitada a estruturação da proposição com a utilização de regras que sejam aplicadas a uma pluralidade de situações pulverizadas em seu texto.
- (E) deve ser empregada a técnica de remissão, privilegiando-se, sempre que possível, a proximidade textual, com a utilização, para indicar o preceito em que a regra se encontra, dos significantes “anterior” e posterior”.

57

Maria, Deputada Estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, observou uma grande pulverização de leis afetas a determinada temática, que sucederam umas às outras, editadas tanto em momento anterior como em momento posterior à promulgação da Constituição da República. Por tal razão, iniciou a realização de estudos com o objetivo de realizar a integração dessas leis em uma consolidação.

À luz da Lei Complementar Estadual nº 176/2014, Maria concluiu corretamente que

- (A) a integração que pretende realizar não afetará a vigência das leis a que se refere, tendo a funcionalidade de facilitar a sua consulta.
- (B) a consolidação, pelas suas características e forma de aprovação, não pode introduzir modificações no texto das referidas leis.
- (C) os dispositivos declarados inconstitucionais devem ser indicados, declinando-se a respectiva fonte de informação.
- (D) caso as referidas leis contenham termos antiquados, deve ser inserida nota explicativa com o sentido atual.
- (E) devem ser eliminadas as ambiguidades decorrentes do mau uso da língua portuguesa.

58

Pedro, Deputado Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado Sigma, rascunhou os termos de uma proposição legislativa e solicitou que sua assessoria a estruturasse em harmonia com balizamentos oferecidos pela Lei Complementar nº 95/1998, tendo especial atenção com a parte preliminar, que não fazia parte do seu rascunho, e a parte normativa, que fora por ele absorvida.

A assessoria de Pedro observou corretamente, à luz das suas considerações, que

- (A) o objeto da lei deve ser explicitado na epígrafe.
- (B) o preâmbulo deve conter o título designativo da espécie normativa.
- (C) a parte preliminar não é uma parte essencial da proposição legislativa.
- (D) o âmbito de aplicação das disposições normativas deve ser integrado à parte preliminar.
- (E) a parte normativa deve indicar as medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo.

59

Maria, Deputada Estadual junto à Assembleia Legislativa do Estado Alfa, ao elaborar um projeto de lei complementar, que dispunha em sentido diametralmente oposto a diversos artigos da Lei Complementar nº X, solicitou que sua assessoria analisasse a obrigatoriedade, ou não, de ser inserida cláusula de revogação expressa na referida proposição, isto à luz dos balizamentos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/1998.

A assessoria respondeu corretamente que

- (A) é obrigatória a inserção, na proposição legislativa, da cláusula “ficam revogadas as disposições em contrário”.
- (B) é necessária a inserção da cláusula de revogação, que deve enumerar os artigos da Lei Complementar nº X revogados.
- (C) a revogação pode ser expressa ou tácita, cabendo a Maria decidir a qual desses padrões irá aderir ao redigir sua proposição.
- (D) a cláusula de revogação expressa somente é necessária se a Casa Legislativa avaliar que a sua ausência dificultará a identificação dos dispositivos da Lei Complementar nº X que serão revogados.
- (E) em razão do princípio da unicidade normativa, somente é obrigatória a revogação expressa quando for afastada a integralidade da eficácia do diploma normativo preexistente, o que não é o caso.

60

Ana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná e especialista em legística formal, foi questionada por uma colega em relação à possibilidade de uma proposição legislativa contar com “itens”.

Com os olhos voltados à Lei Complementar estadual nº 176/2014, Ana respondeu corretamente, em relação à utilização da referida divisão estrutural, que

- (A) pode ser inserida no âmbito de um parágrafo.
- (B) não é prevista enquanto técnica de legística.
- (C) abrange todas as subdivisões de um artigo.
- (D) pode ser inserida no âmbito de uma alínea.
- (E) pode ser inserida no âmbito de um inciso.

Realização

